

## AS DÁDIVAS NÃO CONCEDIDAS

Eduardo Oliveira de Almeida  
almeida529@hotmail.com  
UEM  
Graduando

O *Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, de Marcel Mauss, evidencia a obrigatoriedade das trocas de presentes e gentilezas de algumas tribos, localizadas na Oceania e no noroeste americano. Se há um laço social que implica nessa obrigatoriedade, é razoável problematizar condicionalidades dentro de um marco no qual a força social se constitui na formatação das condutas. Trata-se de pensar se (e como) esses laços que conectam através da e obrigam a troca estão presentes, também, nos momentos em que essas últimas são, senão negadas, ao menos estabelecidas expressando a existência de parceiros de trocas preferidos. Dessa forma, pretende-se reconhecer possíveis limites desse momento de sociabilidade.

Palavras-chave: Limites da sociabilidade; Marcel Mauss; Trocas.

### INTRODUÇÃO

Escrito por Marcel Mauss, o *Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (2003) foi publicado na França, pela primeira vez, em 1925 e se tornou um grande clássico da teoria antropológica ao tratar das trocas de presentes e gentilezas de algumas tribos, localizadas na Oceania e no noroeste americano. O que não é, geralmente, esquecido, quando estão na agenda de discussões tais considerações do autor, são as teorizações que envolvem a obrigação em dar, receber e retribuir aquelas dádivas. Neste trabalho, contudo, a abordagem da questão será feita a partir de prováveis razões sociais para aqueles momentos em que é possível deduzir, senão o impedimento do estabelecimento da relação de troca, alguns condicionantes e empecilhos.

Por isso, a ideia de dádivas não concedidas: pois, se há um laço social que implica naquela obrigatoriedade, é razoável problematizar condicionalidades dentro de um marco no qual a força social se constitui na formatação das condutas. Trata-se de pensar se esses laços que conectam através da e obrigam a troca estão presentes, também, nos momentos discutidos nesse trabalho. A partir disso, é possível pensar, então, na integralização e na relacionalidade dos excluídos – se é que é possível assim chamá-los. Para tanto, o objetivo é identificar o lugar em que aquele(s) com quem, eventualmente, não se troca ou que não é (são) preferido(s)

está(ão) acomodado(s) na relação, para reconhecer possíveis limites desse momento de sociabilidade.

As reflexões sobre esse tema serão, principalmente, fundamentadas no texto de Marcel Mauss citado acima. Por pertencerem a uma linhagem teórica parecida, conexões explicativas com algumas considerações de Émile Durkheim também serão priorizadas. O intuito é problematizar algumas questões que, apesar de não aparecerem claramente na obra de Mauss, podem ser ponderadas na retomada do estudo da dádiva pela via dos possíveis impedimentos em um momento de instituição da sociabilidade.

### **SOBRE AQUELES QUE TROCAM**

Segundo Marcel Mauss (2003), em muitas civilizações, as trocas em formas de presente são, apesar de aparentemente voluntárias, obrigatoriamente dadas e retribuídas. Trata-se de presentes, regalos, gentilezas e convites oferecidos generosamente que, sendo suas ofertas passíveis de serem analisadas como uma não escolha, são, ao mesmo tempo, desejadas pelas pessoas. Para melhor entender o que significa estar obrigado numa relação de troca, cabe aqui o exemplo das sociedades Maori e Tsimshian:

[...] o indivíduo e o grupo, ou melhor, o subgrupo, sempre sentiram o direito soberano de recusar o contrato: é o que confere um aspecto de generosidade a essa circulação dos bens; mas, por outro lado, eles não tinham normalmente, nem direito a essa recusa, nem interesse por ela. (Mauss, 2003; p.304)

A obrigação, nesse caso, não se diferencia do desejo e da vontade. A dimensão social da existência diz respeito à conformação do interesse, isto é, se trata se reconhecer regras sociais não apenas nas restrições e proibições, mas também nas permissões e no curso harmônico dos acontecimentos. Isso muito se parece com a concepção de coerção cunhada por Émile Durkheim (2002), e, como são autores que operacionalizam suas análises dentro de marcos teóricos muito parecidos, constituindo, inclusive, uma mesma tradição de pesquisa social, é possível traçar um paralelo, no intuito de melhor entender o que o “interesse”, citado acima, expressa em termos sociais. Em Durkheim, há uma nítida preocupação com uma esfera de causalidade que se distinga daquelas ocasionadas por fatores orgânicos ou psíquicos – uma esfera propriamente social. Ela consiste na interiorização de determinadas máximas que expressam a

conformação de gostos, valores, sentimentos, enfim, daquilo que o sociólogo francês chama de “forças interiores”. A concepção de indivíduo que se expressa em Durkheim (e, ao que parece, em Marcel Mauss também) diz respeito ao condicionamento social de maneiras de agir, pensar e sentir – e é no limite dessas concepções que a inexistência de interesse pela recusa das dádivas é aqui compreendida.

Mas, se não há interesse pela não-troca, não seria pertinente se perguntar sobre os parceiros com os quais essas interações são formalizadas? Ou não, ela se dá independente da pessoa<sup>135</sup>? Os lugares ocupados por aqueles que trocam são preenchidos ao acaso e construídos no nada? “Assim, na Austrália, o genro, que deve todos os produtos de sua caça ao sogro e a sogra, nada pode consumir diante deles, sob pena de que pela simples respiração eles envenenem o que ele come” (Mauss, 2003; p. 202). Em uma tentativa de problematizar um pouco mais essa questão, a sugestão é a de que, conforme o trecho, a caça não é concedida a qualquer pessoa, há pessoas bem reconhecidas, pelo menos nesse exemplo, com as quais se deve trocar. É importante, então, não naturalizar as figuras do genro, do sogro e da sogra, reconhecendo a existência de pessoas habilitadas ou não para determinadas relações, já que é nítida, através da relação de “dever”, tanto a obrigatoriedade quanto a existência de parceiros pré-estabelecidos socialmente.

Outros exemplos, em que Mauss cita Radcliffe-Brown, que também podem ser retomados para ajudar na discussão, são aqueles em que pessoas (por exemplo, pais da noiva), provocadas por determinadas situações rituais (outro exemplo, jovens dos dois sexos que passaram juntos pelas cerimônias de comer porco e tartaruga) são obrigadas a relação de trocas recíprocas. Em seu livro *Sobre o Sacrifício* (2013), Marcel Mauss e Henri Hubert abordem a potencialidade das classificações sociais para, através de determinado ritual, o sacrifício, habilitar as pessoas a determinadas relações – presentes no livro citado, segundo as concepções de sagrado e profano. O exercício reflexivo pode ser retomado para pensar, justamente, a potencialidade das representações para capacitar os sujeitos. Nos exemplos aqui citados, é pertinente evidenciar tal caráter da dimensão social da realidade no intuito de

---

<sup>135</sup> Vale a pena retomar a concepção de pessoa presente em *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “Eu”*, de Marcel Mauss (2003), em que a pessoa está diretamente ligada a posição que ocupa no clã.

sublinhar a possível existência de uma capacitação da mesma ordem ligada à parte das pessoas que estabelecem relações de troca.

Há ainda uma hierarquia que deve ser considerada nos atos de dar, receber e retribuir: entre os kwakiutl, por exemplo, os mais prestigiados ou grandes vencedores de potlachs antigos pode se recusar a receber um presente, sem, contudo, entrar em guerra – o que seria uma consequência em decorrência do fato de recusar. Uma organização social, então, permite impor limites, tolerados e aceitos, às tentativas de entrar em contato e misturar as almas<sup>136</sup>. Se por um lado, uma hierarquia limita as dádivas, por outro, essas últimas constroem, em parte, uma hierarquia:

Entre chefes e vassallos, entre vassallos e servidores, é a hierarquia que se estabelece por essas dádivas. Dar é manifestar superioridade, é ser mais, mais elevado, *magister*; aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, ser pequeno, ficar mais abaixo. (Mauss, 2003; p.305)

Contemporaneamente, em outros contextos, a hierarquia também pode ser retomada para analisar as trocas. Rezende e Coelho (2010), por exemplo, citando um trabalho dessa última, se propõem, a partir da pesquisa de camadas médias urbanas – especificamente, a Zona Sul carioca – a traduzir no plano dos sentimentos a hierarquia presente nas trocas entre patroas e empregadas. Segundo as autoras, a gratidão (compreendida como a retribuição ideal) das empregadas é fundamental para a satisfação das patroas quando essas últimas presenteiam as primeiras. Tal situação harmônica expressa à conformidade aos lugares ocupados na hierarquia social – a ingratidão é, dessa forma, mal vista pelas patroas. Essa característica é usada pelas autoras para refutar a explicação de Mauss sobre a dádiva, já que, segundo elas, a necessidade de retribuição material não se verifica. O intuito aqui não é criticar o trabalho tendo por referência algo que não foi sequer proposto pelas autoras, até porque às perguntas que se propõem, estabelecendo uma conexão com Simmel, respondem de maneira satisfatória. Contudo, é possível sinalizar a potencialidade de Marcel Mauss para compreender momentos como esses – obviamente, a partir de outra perspectiva, que não objetive pensar, nos termos afetivos, as negociações entre os sujeitos. As trocas são satisfatoriamente engendradas graças à posição ocupada pelas pessoas; não retribuir

---

<sup>136</sup> As trocas implicariam no intercâmbio das almas das pessoas. O espírito do donatário acompanha o regalo e é isso que, segundo Mauss, obriga a retribuição.

materialmente e ser apenas “grata” expressa, menos a impossibilidade de usar a categoria explicativa da dádiva presentes em Mauss<sup>137</sup>, que o reconhecimento de classificações sociais que possibilitam em conexão, também, com uma estrutura a obrigatoriedade das trocas.

Se há, portanto, a obrigação, muito bem delineada, dos fluxos de troca, é porque existe, na mesma medida, o reconhecimento de pessoas obrigadas nesse empenho. A ideia é a de que, em alguma medida, algumas pessoas têm o direito a determinados regalos, outras não: a delimitação de alguns indivíduos enquanto detentores daquela dádiva já, por si só, exclui uma série de sujeitos.

### AS PREFERÊNCIAS NAS TROCAS

Se por um lado, a instituição de posições pré-estabelecidas conferem às trocas, representadas pela circulação de objetos e gentilezas, sua existência; por outro, é possível encontrar, nos exemplos etnográficos retomados por Marcel Mauss, situações nas quais as posições não estão delineadas, mas, apesar disso, identificar algumas preferências que dizem respeito a categorias socialmente estabelecidas é uma tarefa realizável. Diante da impossibilidade de retomar um exemplo em que uma recusa é empreendida ou aquelas preferências conduzem ao não estabelecimento de uma relação, o caminho aqui a ser percorrido é o de, através das trocas estabelecidas, tentar desvendar essas categorias. Ou melhor, identificar momentos em que apareçam certas escolhas, mas pela ótica do “sucesso” das trocas.

Um desses momentos, aliás, um dos primeiros momentos – já que, segundo Mauss, com um dos primeiros grupos – é o do estabelecimento de um contrato com espíritos de mortos e de deuses: “*com eles é que era mais necessário intercambiar e mais perigoso não intercambiar. Mas, inversamente, com eles é que era mais fácil e seguro intercambiar*” (Mauss, 2003; p. 206). Preferências são reconhecidas: mais fácil, mais seguro, menos perigoso. Todas essas adjetivações são categorias que exemplificam a produção de esquemas de diferenciação entre os possíveis parceiros nas trocas. E, mesmo que seja abstraído o

---

<sup>137</sup> É importante ressaltar que, nos termos aqui usados, a ideia defendida nesse tópico não foi claramente formulado por Mauss. Mas, a partir da interpretação de questões suscitadas por ele, é possível empreender um exercício reflexivo a partir do qual questões apontadas no *Ensaio sobre a dádiva* possam ser desenvolvidas.

exemplo da troca com não humanos, talvez seja possível, então, pensar a existência de preferências como organizadoras dos lugares daqueles que possuem menos atributos desse reconhecimento. Ou seja, a partir desse reconhecimento se perguntar sobre aqueles que foram rejeitados ou não preferidos.

Outro exemplo a ser problematizado é quando o autor retoma o kula<sup>138</sup>, estudado por Bronislaw Malinowski, para analisar as relações de reciprocidade. Um dos questionamentos que faz é sobre a sanção que obriga a reciprocidade: “o indivíduo ‘duro no kula’ é apenas desprezado e eventualmente enfeitado? Será que o parceiro infiel não perde outra coisa: sua condição nobre ou, pelo menos, seu lugar entre os chefes?” (Mauss, 2013; p. 223). Ser “duro no kula” diz respeito a ser desprestigiado e não preferido nas trocas, disso é possível deduzir, mais uma vez, a existência de esquemas de diferenciação que acomoda alguns em posições mais (ou menos) prestigiadas.

Evidencia, ainda, um trabalho de escolha na constituição de relações, de trocas a serem feitas, no momento de primeiro contato, isto é, do oferecimento de cortesias, que significam solicitórios do primeiro presente, o *vaga*.

Enquanto há certeza de que o *vaygu'a* recíproco, o *yotile*, fechará o ferrolho, não há certeza de que o *vaga* será dado e as solicitações aceitas (...). A importância e a natureza dessas dádivas provêm da extraordinária competição que se dá entre os parceiros possíveis da expedição que chega. Eles procuram o melhor parceiro possível da tribo oposta. A questão é grave: pois a associação que se tenta criar estabelece uma espécie de clã entre os parceiros. Para escolher, portanto, é preciso seduzir, deslumbrar. Levando em conta as hierarquias, é preciso atingir o objetivo antes que os outros, ou melhor que os outros, provocar assim trocas mais abundantes das coisas mais ricas, que são naturalmente propriedade das pessoas mais ricas. Concorrência, rivalidade, ostentação e busca de grandeza e interesse, tais são os motivos diversos que subjazem a todos esses atos. (Mauss, 2013; p. 224-225)

Se, como adianta o autor, um dos princípios que rege as trocas é o da rivalidade, cuja produção sintetiza uma espécie de plateia para a os movimentos de “dar, receber e retribuir”, este princípio condiciona e, sobretudo, evidencia as escolhas feitas nesses momentos. Fica claro, então, que essas relações são constituídas pelos dois envolvidos diretamente nas trocas (representando cada um sua respectiva tribo) e aqueles que a observam, para quem, em parte,

---

<sup>138</sup> Grosso modo, Kula é o sistema de das trocas intertribais de colares e braceletes nas Ilhas Trobriand, cujo estudo feito por Bronislaw Malinowski resultou, entre outros, na publicação livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*.

essas trocas são realizadas. Desse exercício reflexivo, portanto, um sujeito fica implícito: aquele, justamente, com quem não foi estabelecida a parceria, já que conforme a citação, as pessoas em questão fazem escolhas. Vale destacar, também, o caráter duplo que representa o prestígio social: ele influencia o estabelecimento das relações (conseguir, então, boas trocas é sinal de distinção) e é construído por boas trocas.

Uma das distinções que acarretaria maior prestígio é a generosidade. Sendo a alma o que se mistura nas trocas e, também, levando em consideração o exemplo das tribos do noroeste americano, “*perder o prestígio é de fato perder a alma*” (Mauss, 2003; p. 244), não ser generoso implicaria em um limite para o estabelecimento da troca. Assim, as pessoas generosas são as preferidas e, por isso, essa posição é objeto de desejo. A rivalidade que se estabelece e que fora tematizada acima contribui para melhor compreender a disputa em torno daquela posição: quem retribui quer ser grande senhor, ou seja, devolver algo mais valioso, em maior quantidade.

Não há um instante um pouco além do comum, mesmo fora das solenidades e reuniões de inverno, em que não haja obrigação de convidar os amigos, de partilhar com eles os ganhos de caça e de colheita que vem dos deuses e dos totens; em que não haja obrigação de redistribuir tudo o que vem de um potlatch de que se foi o beneficiário; em que não haja obrigação de reconhecer mediante dádivas qualquer serviço, os dos chefes, dos vassalos, dos parentes; sob pena, ao menos para os nobres, de violar a etiqueta e perder sua posição social. (Mauss, 2003; p. 245)

Duas questões tratadas são retomadas por esse trecho: a discussão sobre pessoas reconhecidas nas trocas, expressas pela condição de amigos, chefes e vassalos e o duplo entendimento do estabelecimento das trocas, enquanto fruto do bom prestígio social e construtora de uma boa posição social. Ambas revelam condicionalidades no estabelecimento das trocas e possibilitam entendimento sobre aqueles que não ocupam boas posições e com os quais não se deseja trocar.

Identificando categorias de prestígio que possibilitam pensar hierarquias de preferência no estabelecimento de relações, é intrigante perguntar-se sobre aquilo que é desvalorizado para problematizar a presença dos excluídos enquanto sujeitos constituintes desses momentos. Sendo assim, outra questão a ser abordado é o lugar (se é que existe) ocupado por aqueles que não estabelecem relações de troca.

## NINGUÉM SE RECUSA A TROCAR

Quando no cerne da discussão está presente o estabelecimento de relações, representado pelas prestações de troca, é conveniente destacar o caráter coletivo, que apesar de encarnados, esses processos assumem, por exemplo, nas tribos Maori: o presente e a retribuição não são da pessoa, mas do clã, da tribo, da família, enfim, as pessoas envolvidas são pessoas morais. O objeto (ou sentimento, honra, festas) trocado traz em si um valor acumulado, relativo ao grupo de que provém. É esse valor, em forma de espírito (*hau*) que obriga aqueles objetos a serem devolvidos e aceitos: há neles, para além, uma força que os obriga a retornar ao seu donatário – está aí a razão para esses fluxos de gentilezas e obrigações, segundo a caracterização de Marcel Mauss.

Recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra, é recusar a aliança e a comunhão. A seguir, dá-se porque se é forçado a isso, porque o donatário tem uma espécie de direito de propriedade sobre tudo o que pertence ao doador. Essa propriedade se exprime e se concebe como um vínculo espiritual. (Mauss, 2003; p.202)

Mauss reserva um espaço significativo, em suas considerações, para vislumbrar sobre as possibilidades da recusa. Cabe perguntar se essa obrigação é tão imperativa a ponto de não ser estabelecido nenhum limite ou condicionante às pessoas – pelos próprios exemplos citados acima, parece que não. É importante entender a referência à obrigatoriedade dentro das próprias concepções teóricas na qual se inscrevem as reflexões do autor: a não troca é retomada para evidenciar a coerção e a consequente obrigatoriedade, reforçando determinada dimensão da existência – a social.

Para os objetivos desse trabalho, tão importante quanto reconhecer a não voluntariedade em dar é se perguntar sobre os envolvidos nas trocas e, consequentemente, os lugares por eles ocupados. Especificamente, que lugar o ocupa (e se ocupa) aquelas pessoas com as quais os laços não são estabelecidos? É pertinente pensar sobre elas, enquanto constituintes de um outro modo de relação, ocupando outros lugares?

Mauss fala, em alguns momentos, que os presentes quase nunca são recusados e, logo, quase sempre retribuídos; ele, também, não exemplifica momentos em que, de fato, a



interação é negada (somente naquele, aqui já citado, em que é socialmente permitido). Essas características poderiam ser entendidas como razões para inviabilizar o estudo proposto nesse trabalho. Ou seria o caso de radicalizar a hipótese formulada no primeiro tópico, que diz respeito a um sistema de classificação social que aloja as pessoas em determinadas posições e a obrigam, a partir desse lugar ocupado, a uma relação de troca e pressupor que as trocas nunca são recusadas porque é proposta, justamente, a parceiros pré-estabelecidos e já anteriormente reconhecidos para essa relação? Confirmar essa hipótese parece difícil se o amparo for somente os exemplos etnográficos fornecidos por Marcel Mauss no *Ensaio sobre a dádiva*. Os caminhos metodológicos, que diz respeito a produzir reflexões teóricas sobre determinado autor, a partir de suas próprias premissas, conduzem ao abandono, por enquanto, dessa última hipótese e a formulação de outra.

Se o foco for as possibilidades, vislumbradas pelo referido autor, de guerra nas recusas, ainda que sirvam como argumento para que fundamente a noção defendida de obrigatoriedade dessas prestações de troca, é possível, talvez, perceber a existência de um lugar que incita vontades de não pertencer. E se, de fato, essas guerras não cheguem a acontecer e as alianças não cheguem a serem recusadas, é bastante difícil duvidar da existência de uma posição que implicaria em uma não concessão de dádivas, já que norteia as pessoas em determinadas condutas. As pessoas trocam, em certa medida, pois não desejam ocupar um lugar onde as alianças não são firmadas. Ainda que seja apenas em uma instância de idealização, problematizar tais questões é justificável, pois, em último caso, a capacidade de idealizar é, também, uma capacidade social, permeada de sentidos coletivos passíveis de serem explicados.

Mais uma vez, Émile Durkheim pode ser, convenientemente, retomado para pensar essa questão. Para Durkheim, além da capacidade criadora de comunicação, a sociedade também é a fonte da capacidade de idealização:

Na escola da vida coletiva que o indivíduo aprendeu a idealizar. [...] Foi a sociedade que, encadeando-o em sua esfera de ação, fez com que ele adquirisse a necessidade de levantar-se acima do mundo da experiência e ao mesmo tempo forneceu-lhe os meios de conceber outro. [...] Ele não seria um ser social, isto é, não seria um homem, se não tivesse adquirido. [...] Mas, para compreender esta aptidão, tão singular na aparência, de viver fora do real, é suficiente relacioná-la as condições sociais das quais ela depende. (Durkheim, 1978; p. 226-227)

Ainda que essas considerações sejam explicativas do fenômeno religioso, é possível aprender delas um exercício bastante singular para a primeira metade do século XX: o de conexão de efeitos a uma esfera de causalidade social. Só se é possível pensar em um mundo ideal, porque determinadas condições foram internalizadas enquanto mais ou menos propícias. Essas capacidades cognitivas, fundadas na incorporação de determinados padrões, são criações também da sociedade, enquanto um sistema de conceitos e categorias que disciplinam as consciências individuais.

Voltando a possibilidade da recusa:

Agir assim [recusar uma dádiva] é manifestar que se teme ter de retribuir, é temer ter de “ficar calado” enquanto não se retribui. De fato, é já “ficar calado”. É perder o “peso” de seu nome; é confessar-se vencido de antemão, ou, ao contrário, em certos casos, proclamar-se vencedor e invencível. (Mauss, 2003; p. 247-248)

Mais uma vez, a capacidade de idealização fornecida por uma esfera social está presente: temer é, aqui, um sentimento que tem na sua base as consequências da perda do prestígio. Isso devido ao fato de que não ter preferência nas trocas é uma marca dessa perda e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de reconstruir essa posição, uma vez que se consolida uma boa posição nas trocas ao ser generoso.

Sendo assim, por mais que não se encontre na obra de Mauss aqui priorizada um momento de avareza, esse tipo de idealização – aquela ligada ao que não se quer ser ou o lugar onde não se quer estar, é revelador da existência de uma posição que limita o estabelecimento da sociabilidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Hierarquia, rivalidade, prestígio e idealizações, portanto, podem ser encaradas enquanto formas de reconhecer condicionalidades nas relações estudadas por Marcel Mauss. Dessa forma, o estabelecimento das trocas é identificado a partir dos possíveis limites que operam nas prestações das dádivas e ajudam a revelar os lugares ocupados por aqueles a quem não seria (ou não foram) concedida nenhuma dádiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DURKHEIM, Émile. 1978. “As Formas Elementares da Vida Religiosa”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. 2002. *As regras do método sociológico*. 17ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MAUSS, Marcel. 2003. “Ensaio sobre a dádiva”; “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘Eu’”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: CosacNaify.
- MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. 2013. *Sobre o sacrifício*. São Paulo: CosacNaify.
- REZENDE, Claudia B.; COELHO, Maria C. 2010. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV.